



ERRATA

Processo Nº: 0164/2012

Licitação Nº: 041/2012

Modalidade: Tomada de Preços

Objeto: Execução de obras de reforma de imóvel para instalação do Juizado Especial da Comarca de Ribeirão das Neves.

Em 17.05.2012, a Comissão Permanente de Licitação deste Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais informa a todos os interessados no referido certame que o “TÍTULO XIII – DAS PENALIDADES”, do ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO, **passa a ter a seguinte redação:**

TÍTULO XIII – DAS PENALIDADES

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA: Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente CONTRATO, execução insatisfatória da obra, mora de execução, omissão e outras falhas, o TRIBUNAL poderá aplicar à CONTRATADA, após regular processo administrativo, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, as seguintes sanções:

- a)** Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas falhas técnicas corrigíveis ou atraso no cumprimento das etapas do cronograma físico-financeiro da obra;
- b)** Multa, observados os critérios estabelecidos neste contrato;
- c)** Suspensão temporária de participação em licitações promovidas pelo Tribunal e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001 e demais disposições correlatas.
- d)** Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA: A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contrato.

43.1. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRIBUNAL.

43.2. Ultrapassadas as hipóteses acima, o pagamento da multa será cobrado administrativamente, ocasião em que a CONTRATADA terá 05 (cinco) dias úteis para efetivar o depósito na conta indicada pelo Tribunal, contado da ciência da notificação, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA: As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela autoridade competente do TRIBUNAL, de ofício ou por provocação dos órgãos de controle, garantido o devido processo legal.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA: As sanções estabelecidas na Cláusula Quadragésima Segunda, letras “a”, “c” e “d” poderão ser acumuladas com a sanção prevista na letra “b”.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA: É facultada defesa prévia da CONTRATADA no prazo previsto na legislação em vigor.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA: As multas observarão os seguintes critérios:



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

- a) Atraso na entrega da obra: multa diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, sobre o valor financeiro em atraso, apurado na última medição, a partir da data fixada para o recebimento provisório; caso não seja concluída a obra, em até 30 (trinta) dias, a contar do início do período de atraso, o TRIBUNAL poderá rescindir o CONTRATO e aplicar à CONTRATADA a multa rescisória, de 5% (cinco por cento) sobre seu valor;
- b) Atraso na execução da obra, apurado na data de cada medição, conforme Cronograma: 5% (cinco por cento) sobre o valor financeiro em atraso ($Q_p - Q_m$, sendo Q_p = quantia financeira prevista para pagamento da obra, até a medição atual, inclusive, conforme Cronograma, e Q_m = quantia financeira correspondente à soma dos itens efetivamente executados, até a medição atual, inclusive);
- c) Descumprimento de obrigações contratuais relativas à documentação a ser entregue, de responsabilidade da CONTRATADA, conforme exigido no contrato: 0,05% (cinco centésimo por cento) sobre o valor do CONTRATO, a cada inadimplemento da obrigação. O inadimplemento será apurado considerando a obrigação de entregar o conjunto de toda documentação, para cada momento previsto no contrato.
- d) Caso seja necessária a execução de serviços corretivos, identificados após o recebimento provisório e antes do recebimento definitivo da obra, o TRIBUNAL notificará a CONTRATADA e estipulará o respectivo prazo de execução, compatível com a correção; ultrapassado o prazo fixado, sem que tenha sido procedida a correção, a CONTRATADA se sujeitará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do custo da correção;
- e) Rescisão por culpa da CONTRATADA: 5% (cinco por cento) sobre o valor do CONTRATO.

47.1. Quando o valor financeiro em atraso, apurado conforme indicado na alínea “b” desta Cláusula atingir, até a data prevista para o recebimento provisório, 20% (vinte por cento) do valor total do CONTRATO, poderá o TRIBUNAL rescindir o CONTRATO, e aplicar à CONTRATADA a multa rescisória, de 5% (cinco por cento) sobre o valor do CONTRATO, prevista na alínea “e”.